



POR UMA EPISTEMOLOGIA DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

Casemiro de Medeiros Campos

Universidade Federal do Ceará

casemiroonline@casemiroonline.com.br

Mirecele Calíope Leitinho

Universidade Federal do Ceará

meirecele@zaz.com.br

Problemática Anunciada

Avaliação curricular se constitui como uma área específica dos estudos da avaliação educacional, pois, ainda não possui seu estatuto científico próprio. São poucos os trabalhos e incipientes as pesquisas, os trabalhos e os estudos investigativos no campo da avaliação curricular, o que torna a produção científica na área escassa.

Considerando a necessidade de autonomização da avaliação curricular o propósito deste trabalho consiste na tentativa em refletir sobre a possibilidade de uma discussão crítica sobre a fundamentação da avaliação curricular. Assim, a partir da pesquisa sobre os programas de formação docente para a educação superior desenvolvidos por Instituição Pública e Privada de Educação Superior no Ceará, se busca tematizar a problematização de uma possível base de fundamentação do campo epistemológico da avaliação curricular.

Daí, partindo do horizonte que pontua a problemática acima, algumas questões podem ser colocadas: como pensar a avaliação curricular? Quais os seus elementos constitutivos? Quais são os seus componentes? O que lhe dar sustentação como fundamento epistêmico? Nesta perspectiva como articular as categorias que se re-



ferem ao eixo de fundamentação que se possa expor com consistência a fundamentação da avaliação curricular? A pretensão de abraçar este debate é a problemática central deste trabalho de pesquisa.

Nesta perspectiva os objetivos desta pesquisa se radicam:

Objetivo Geral

- Construir o quadro teórico categorial sobre a epistemologia da avaliação curricular.

Objetivos Específicos

- Refletir sobre a possibilidade de fundamentação da avaliação curricular;
- Analisar a luz da avaliação curricular os programas de formação docentes para a formação de professores na educação superior, desenvolvidos pelas por Instituição Pública e Privada de Educação Superiores do Ceará;
- Elaborar um referencial crítico sobre a avaliação curricular.

Portanto, exercício reflexivo é parte do caminho que se seguirá por meio da definição das categorias que possam sustentar a avaliação curricular como compreensão dos fenômenos educativos. Entendendo que falta a avaliação curricular uma definição da sua base de fundamentação a proposta aqui revelada me sensibilizou para a necessidade de estudá-la (LEITINHO, 2000, p.25).

Desenvolvimento

Aqui desenvolverei as idéias iniciais da proposta de pesquisa exposta acima, para a construção de um ar-



cabouço teórico-conceitual que considere o movimento teórico-prático que se efetivou problemático a luz da avaliação curricular. O objeto de estudo é a própria avaliação curricular pensada de forma ainda incipiente como fenômeno educativo. Mas lembro que o discurso pedagógico carece de uma contextualização para que melhor se revele o sentido desta investigação.

Estamos vivenciando um tempo de avaliação. A partir da reforma da educação iniciada nos anos de 1990, após a edição da Constituição Brasileira de 1988, houve a necessidade de regulamentação específica da educação brasileira, definindo as normas sobre o funcionamento e a organização dos sistemas de educação e definindo o foco das políticas públicas de educação. Assim, em 1996, depois de muitos reveses em torno do projeto que acumulava uma discussão de vários anos, com a mobilização de vários segmentos em defesa da escola pública, foi aprovada a versão do projeto de lei que saiu do Senado Federal pelas mãos do senador Darcy Ribeiro. Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – Lei no. 9394/1996 aprovou-se uma lei contábil, que instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e pela Valorização dos Professores – FUNDEF. Com a nova lei e a definição dos recursos para a educação o investimento foi pela prioridade na universalização e democratização da educação básica: o ensino fundamental. Mas numa seqüência estruturada o Governo Federal aprova novas orientações curriculares. O Ministério da Educação – MEC convidou uma equipe de especialistas de cada área e solicitou destes a definição dos conteúdos nucleares que constituiriam os currículos das disciplinas de estudo na escola. A seleção destes conteúdos standardizados fora base para a definição dos conteúdos e critérios da avaliação dos exa-



mes nacionais de qualificação do ensino e até da própria qualidade da escola. Desse modo, por um lado o currículo passa a ter renovada a sua centralidade na esfera da organização do trabalho docente e por outro, a avaliação tem a sua relação complexificada por meio da polêmica que desvelam a leitura dos seus resultados, pela falta de uma cultura avaliativa entre os vários segmentos da escola, os resultados no mínimo questionáveis e a força da avaliação da educação que passa nos sistemas de ensino a exigir uma outra tomada de posição dos sujeitos que fazem à educação em busca da melhoria da escola (PERRENOUD, 1999, P.167) .

As sociedades modernas levaram a avaliação ao seu ápice tendo em vista que tudo constitui elemento que deve ser submetido à avaliação. Ou seja, na sociedade atual tudo é avaliado. A avaliação como fenômeno educativo se apresenta como um poderoso instrumento que pode desvelar a aparência, chegando ao cerne da estrutura da coisa propriamente. Se bem utilizada a avaliação educacional pode revelar a essência mesma, pode possibilitar a análise da realidade cotidiana, neste sentido o mundo real em que se desenvolve a educação de forma mais significativa. Isso implica que a avaliação da educação exige um momento da construção da representação do real. A avaliação tem por sua propriedade que lhe intrínseca, a característica de capturar o dinamismo do ensino, da aprendizagem e da escola, representando de forma particular um momento da realidade.

Mas a avaliação curricular tem como pressupostos do seu conteúdo a avaliação e o currículo. É do nosso conhecimento que a avaliação educacional não se determina por si, nem é neutra diante da realidade, mas se constitui como uma área em que se permite confrontar a realidade com que é esperado como ideal, atribuindo-lhe



um valor. Portanto, a avaliação educacional exige uma fundamentação normativa, fundada em axiomas. A sua validade se põe pelo rigor com que elabora uma valoração, digo um juízo de valor.

A avaliação educacional requer como categorias a ação prática, o planejamento e os programas, disciplinas ou conteúdos curriculares. Quando se avalia, se avalia algo, alguma coisa, por uma ação em que se definem antecipadamente critérios, e se planeja sobre o que se pretende avaliar e se geram resultados fruto da avaliação que se atribui um, determinado juízo de valor ou juízos de valores. Logo, a avaliação educacional se determina a fins, ou seja, possui uma função teleológica.

A avaliação educacional por necessidade dos seus resultados terem como critério da validade a verdade, aqui se coloca a definição de critérios de valor, ou de se atribuir valor ou juízo de valor. Essa dimensão da avaliação é uma determinação ética e política.

Na sua etimologia a palavra currículo, significa correr, corrida, carro de corrida. O currículo também diz sobre o caminho a seguir. Neste sentido, o currículo é uma carta de navegação que indica para as instituições o caminho a ser percorrido segundo o planejado da escola institucionalizado pelo desenho curricular. Na escola o currículo como uma peça oficial é parte do projeto pedagógico. A sua função é de organizar os conteúdos de ensino sistematizando-os numa gradação complexa em que o seu conteúdo se ancora na estruturação dos conhecimentos que são trabalhados na escola. A escola tem a sua função na produção e socialização do conhecimento sistematizado. Mas o currículo extrapola o conteúdo escola e sob a abordagem mais ampla, se compreende como o conjunto das atividades que permeiam a vida dos educandos. Tudo o que constitui saberes, experiências e



práticas que se situam no âmbito das vivências dos alunos podem ser consideradas como currículo oculto, que faz parte da formação do indivíduo e que a escola deve ser sábia em aproveitar essas experiências e validá-las como conteúdo de aprendizagem (Ver CAMPOS, 2007 e 2008, SILVA e MOREIRA, 1999, p.31).

Na sua formalidade o currículo é construído no interior da escola, sendo cortado por relações de poder que o concebem e tencionam os opostos – o currículo oficial e o currículo oculto.

Segundo Lewy, (1979, p.4), a discussão sobre a avaliação de currículo surge nos anos de 1950, como atividade de desenvolvimento para avaliação de programas educacionais. Havia naquele momento, uma certa expectativa das agências financiadoras, bem como da sociedade em geral que solicita um tipo de formação adequada para as novas gerações segunda as perspectivas dos tempos atuais. O desenvolvimento de novas áreas de conhecimento levou a inovação aos currículos, e produziram modelagens, novos desenhos curriculares e programas educacionais que necessitavam serem avaliados para garantirem a integridade dos seus resultados. No entanto, nos últimos anos a avaliação de currículo tem sido requisitada, sobretudo, como ferramenta para validar as propostas dos currículos e programas de formação. Mas com validar currículos e programas se falta à própria avaliação curricular a sua validade como área de conhecimento científico? Eis a questão central da discussão que orienta a pesquisa que propomos: construir uma epistemologia da avaliação curricular.

Metodologia da Pesquisa

Segundo Rodrigues (1993), o estudo sobre a avaliação de currículo tem na definição das categorias de



análise os eixos que podem orientar a construção de um referencial para a sua fundamentação: “Em suma, a elaboração, escolha, fundamentação, análise, estudo e investigação dos processos e modelos de avaliação requer a explicitação, consideração, referencia e posicionamento face, a um conjunto de eixos que se situam nos planos ontológicos, epistemológico, metodológico, axiológico, ético e político.” (RODRIGUES, 1993, p. 57).

Um pouco mais adiante Rodrigues afirma que os critérios de validade, serão objetos passíveis de interpretação do avaliador: “Tais *standards* revelam-se, assim, passíveis de interpretações e formalizações diversas consoante a posição ou “filosofia” adoptada pelo avaliador” (RODRIGUES, 1993, p. 57).

O debate que atravessa a avaliação curricular denuncia a falta de uma fundamentação possível para a definição da área com um estatuto que defina a sua identidade autônoma enquanto ciência. Portanto, as pesquisas ainda iniciais, indicam que por meio da análise das práticas de avaliação curricular, orientará os estudos para busca das raízes que alicerçam na pedagogia a constituição do conhecimento que lhe é próprio.

Conclusões Parciais

A avaliação constitui exigência da regulação da vida em sociedade, são muitas as situações que a avaliação se dissimula: no mundo do trabalho, nas práticas sociais, nos programas e projetos dos governos, nas políticas públicas e por fim a própria educação. Seja nas instituições sociais no seu sentido mais amplo, seja na família ou na escola no seu sentido mais estrito, vive-se uma contínua relação de avaliação das ações, práticas e experiências.



Para além de uma demanda a sociedade exige de todos os segmentos sociais a avaliação como por expectativa de se fazer uma vida melhor. Portanto, as conclusões ainda muito provisórias sinalizam como necessária e viável os estudos sobre a fundamentação da avaliação curricular, em bases a serem definidas pela descrição e análise das categorias que orientam a avaliação e o currículo nos programas educativos.

A combinação da leitura e crítica sobre avaliação e currículo justifica a construção de um referencial a ser desenvolvido para a definição da avaliação de currículo na sua especificidade.

Bibliografia

ARIEH, Lewy (Org.). **Avaliação de Currículo**, São Paulo: EPU e Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**, Petrópolis: Vozes, 2007.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Educação: utopia e emancipação**, Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2008.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Qual a identidade da sua escola? A contextualização curricular deve ocorrer a partir das diversidades regionais, In: **Revista Aprendizagem**, Curitiba – Paraná, Editora Melo, Ano 2, no. 5, Março/Abril, 2008. ISSN: 1981-5913.

DAMASCENO, Maria Nobre e SALES, C. de M. (Coord.). **O caminho se faz ao caminhar**, Fortaleza: Editora UFC, 2005.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.



ESTRELA, Albano e NÓVOA, António (Org.). **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Porto: Porto Editora, 1993.

LEITINHO, Meirecele Calíope. **Concepção e Currículo: Universidade Regional do Cariri**, Fortaleza: Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação – entre duas lógicas**. Porto Alegre; ARTMED, 1999.

SILVA, Tomaz T. e MOREIRA A. Flávio (Orgs.). **Territórios contestados**. 3ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz T. e MOREIRA A. Flávio (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz T. **Identidades terminais**. Petrópolis, Vozes, 1996.